Será avaliada a capacidade do candidato de estabelecer uma tese e sustentá-la coerentemente. A avaliação seguirá o critério comparativo (i.e.). A avaliação individual será feita de acordo com a comparação do nível de outros exercícios. Nesse sentido, embora o candidato possa ter respondido de forma correta, abrangendo os requisitos anteriormente indicados, sua nota poderá ser menor do que a atribuída a outros que fizerem o exercício com maior qualidade intelectual, acadêmica e formal.

REFERÊNCIAS

DORATIOTO, Francisco. *O Brasil no Rio Prata (1822-1994).* 2. ed. Brasília: FUNAG, 2014.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs). *O Brasil Republicano.* O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Vol. 4. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem incompleta.* A experiência brasileira (1500-2000). A grande transação. 2. ed. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000.

SPEKTOR, Matias. O Brasil e a Argentina entre a cordialidade oficial e o projeto de integração: a política externa do governo de Ernesto Geisel. *Revista Brasileira de Política Internacional.* Brasília: IBRI, v. 45, n. 1, 2002.

VAZ, Alcides da Costa. *Cooperação, integração e processo negociador:* a construção do Mercosul. Brasília: IBRI, 2002.

VIDIGAL, Carlos Eduardo. *Relações Brasil-Argentina:* a construção do entendimento. Curitiba: Juruá, 2003.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. *A política externa do regime militar brasileiro*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1998.

GEOGRAFIA

QUESTÃO 1

Espera-se que o candidato redija um texto considerando os aspectos que se seguem.

Q01 – A partir de meados da década de 1980, incialmente nos países mais desenvolvidos, observaram-se importantes inovações nos meios de transporte (com efeitos sobre o custo de transporte de mercadorias e na mobilidade das pessoas), nas formas de produzir e de gerir as empresas – principalmente as transnacionais –, nos fluxos de financeiros e nas comunicações. Tais transformações proporcionaram uma leitura da realidade baseada na compressão espaço-temporal, na visão de uma mobilidade totalmente desimpedida, na promoção da influência de lugares mais distantes uns sobre os outros, na fragilização das fronteiras e na crise do Estado nação.

Q02 – As transformações nos modos de produzir, que marcaram a passagem do fordismo para o pós-fordismo (ou toyotismo, regime de acumulação flexível), têm base nas seguintes práticas: flexibilidade dos processos de trabalho, dos produtos e padrões de consumo; surgimento de novos setores de produção e de novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros; manutenção de taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional; passagem de uma grande parcela dos trabalhadores para o setor de serviços; criação de conjuntos industriais novos em regiões até então pouco industrializadas (tais como a "Terceira Itália", Flandres, o Vale do Silício e países recém-industrializados da Ásia); movimento de compressão do espaço-tempo, com base no estreitamento dos horizontes temporais da tomada de decisões privada e pública e na difusão dessas decisões em um espaço cada vez mais amplo (por meio da comunicação via satélite e da queda dos custos de transporte); desindustrialização de áreas tradicionais com a consequente perda de empregos naquele setor e aumento na instabilidade no mercado de trabalho.

Q03 – Na escala da firma, pode ser observado, ainda, um conjunto de inovações organizacionais com base na produção sob o sistema *just in time*, assentado na formação de uma rede de fornecedores para uma empresa matriz, localizados em diversos países (*outsourcing*).

Q04 – Nesse sentido, a descentralização da produção industrial e da prestação de serviços (como o *telemarketing* e diversos tipos de consultorias) contribuiu para uma ideia de desterritorialização econômica (utilizada também como sinônimo de deslocalização) ao constatar um enfraquecimento das bases territoriais na estruturação geral da economia, em especial na lógica locacional das empresas.

Q05 – A integração financeira global, com base na interconexão, nas 24 horas do dia, dos mercados financeiros e na crescente desregulamentação dos mercados de capitais nacionais, unificando as principais bolsas de valores, de mercadorias e futuros e a comunicação em tempo real, acessível a uma grande parcela de habitantes do planeta, proporcionada pela interconexão dos meios informacionais, ao ressaltarem a instantaneidade e a imaterialidade, são também exemplos de elementos que reforçam a percepção do predomínio dos espaços-de-fluxos (não identificados com nenhum Estado em particular ou com determinado território, mas sim com as redes abertas, inclusivas e descentralizadas) sobre os espaços-de-lugares (mais identificados com o território e com a contiguidade). Ao invés de lugares delimitados, predominaria assim um "mundo de fluxos".

Q06 – A crescente importância dos fluxos comerciais, financeiros e informacionais, a conformação de redes de empresas transnacionais, aliadas à conformação de blocos econômicos, a assinatura de acordos comerciais bilaterais ou multilaterais, a proliferação de paraísos fiscais (*off-shore*), a relocalização das atividades industriais e de serviços, por sua vez, contribuíram para a propagação da ideia de enfraquecimento do poder do Estado Nacional, na medida em que sua capacidade de controlar os diversos fluxos (incluindo também o de migrantes) no espaço estaria em declínio, comprometendo a noção de soberania estatal em determinado território. As fronteiras nacionais teriam se tornado porosas em razão de acordos de livre comércio e de livre trânsito, bem como em razão do advento do "ciberespaço", minando a capacidade de intervenção do Estado sobre seu território, configurando uma desterritorialização política.

Q07 – Desterritorializar seria, dessa forma, diminuir ou enfraquecer o controle das fronteiras nacionais, aumentando, assim, a dinâmica, a fluidez, a mobilidade, seja de pessoas, de bens materiais, de capital ou de informações. Não obstante, o movimento de desterritorialização é relativo, enfrenta resistências e recuos, como se verá a seguir. A deslocalização industrial para novas regiões, como a China e o sudeste da Ásia, por exemplo, tem base, em grande parte, na produção de bens de consumo e de componentes (por meio do *outsourcing*) de alta tecnologia na área de comunicações, internet, informática, eletroeletrônica. No entanto, a maior parte das sedes das empresas transnacionais, que subcontratam as indústrias aí localizadas, situa-se em países de industrialização mais antiga da Europa Ocidental ou dos Estados Unidos da América (EUA) (Apple, Microsoft, IBM, Amazon, Black & Decker, Adidas, Nestlé, por exemplo). Empresas de cunho estratégico (principalmente no setor aeroespacial e de defesa), no entanto, localizam-se, preferencialmente, em território dos seus países de origem, sendo, em muitos casos, incentivadas a permanecer no país sede ou mesmo coibidas de transferir suas plantas para terceiros. As cinco maiores companhias de defesa dos EUA – Boeing, Lockheed Martin, General Dynamics, Raytheon, Northrop Gruman – mantêm suas linhas de desenvolvimento e produção em solo dos EUA. Dessa forma, atividades produtivas-chave, principalmente as de maiores conteúdos de especialização, conhecimento ou tecnologia, ou relacionadas à segurança nacional, continuariam fortemente enraizadas nas áreas territoriais dos países.

Q08 – O caso chinês é emblemático de um processo de relocalização industrial que se reterritorializa em uma nova área, tendo em conta que aquele país produz aproximadamente 28% dos automóveis, 41% dos barcos, 80% dos computadores, 90% dos telefones celulares, 60% dos televisores, 50% das geladeiras, 80% dos aparelhos de ar-condicionado, 24% da energia e 50% do ferro do total mundial (EUROPEAN CHAMBER, 2017, p. 2). Ou seja, no caso da produção industrial, uma desterritorialização é acompanhada por uma nova territorialização. Mesmo no caso de fluxos e redes, aparentemente fluidos e não obedecendo a hierarquias ou constrangimentos estatais, há um crescente movimento de controle, por parte dos Estados, das informações que circulam e de seu uso. As redes informacionais, vistas inicialmente como desterritorializadas, passam a ser objeto de restrições estatais e identificam-se com estratégias das potências globais (como demonstra a disputa em torno da rede 5G). Ou seja, o lugar/território ainda possui um peso decisório importante no controle, na promoção e no direcionamento dos fluxos informacionais e financeiros (via taxas de juros e valorização cambial). Por sua vez, a recente "guerra fiscal" entre os EUA e a China é exemplo de recuo da livre-circulação de mercadorias (fluxo comercial), em razão da recíproca elevação de tarifas, bem como de ameaças estadunidenses de retirar suas empresas do país asiático.

Q09 – Dessa forma, a ideia da "inevitabilidade" do enfraquecimento estatal não corresponde aos recentes desdobramentos observados na economia e na política internacionais – o fortalecimento do Estado chinês (altamente centralizado e com mecanismos de controle desenvolvidos); e a reação dos EUA com o "America First". Políticas em nível nacional, regional e local (incluindo a chamada "guerra dos lugares" para atração de empresas), bem como dados de infraestrutura continuam fundamentais para a escolha da localização das atividades econômicas. Nesse contexto, as fronteiras retomam seu papel de elemento de controle dos fluxos de mercadorias, mas sobretudo de migrantes e refugiados. A livre

circulação de pessoas (excluindo uma pequena fração de executivos "globalizados") sempre foi um ponto questionável da ideia da liberalização de fluxos (caso à parte seria a União Europeia). Recentemente, o Brexit, as medidas de intensificação do controle migratório na Europa e nos EUA, assim como o muro entre EUA e México (construído pelos primeiros, a fim de evitar a entrada não só de mexicanos, mas de centro e sul-americanos) são exemplos das fronteiras utilizadas como elemento de controle e reafirmação da soberania estatal sobre o território.

Q10 – Por fim, a ideia de desterritorialização significa, sempre, uma nova produção do espaço e, consequentemente, uma nova territorialidade. A desterritoralização, dessa forma, ocorre sempre em conjunto com uma reterritorialização, em um processo contínuo e generalizado de territorialização.

Será avaliada a capacidade do candidato de estabelecer uma tese e sustentá-la coerentemente. A avaliação seguirá o critério comparativo (i.e.). A avaliação individual será feita de acordo com a comparação do nível de outros exercícios. Nesse sentido, embora o candidato possa ter respondido de forma correta, abrangendo os requisitos anteriormente indicados, sua nota poderá ser menor do que a atribuída a outros que fizerem o exercício com maior qualidade intelectual, acadêmica e formal.

REFERÊNCIAS

EUROPEAN CHAMBER. *China Manufacturing 2025*. Putting Industrial Policy Ahead of Market Forces. European Union Chamber of Commerce in China. p. 1-64. Disponível em: <www.europeanchamber.com.cn>. Acesso em: 30 set. 2019.

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização*: do "fim dos territórios" à multiterritorializade. Bertrand Brasil: Rio de Janeiro, 2007.

QUESTÃO 2

Espera-se que o candidato redija um texto considerando os aspectos que se seguem.

Q01 – No que tange ao primeiro tópico, as zonas de processamento de exportações são aquelas situadas em países onde os salários são baixos, onde as empresas dos países desenvolvidos podem implantar fábricas para processar ou reunir componentes produzidos trazidos desses mesmos países e para eles reexportá-los. Em vários países desenvolvidos, foi promulgada uma legislação a fim de tornar isso possível. O raciocínio básico que norteia essas zonas é o acesso à mão de obra barata, disponível para os estágios de intenso emprego nos processos de produção da empresa. A isenção de impostos e de padrões pouco exigentes quanto aos locais de trabalho, nessas zonas, constitui incentivo adicional. Tais zonas são um mecanismo de fundamental importância para a internacionalização da produção (SASSEN, 1998, p. 34). Para Santos (1999), a incorporação de técnicas e práticas sociais pelos territórios não representariam uma desterritorialização, mas sua revitalização a partir de sua inclusão em cadeias produtivas globais. As novas técnicas multiplicariam a produtividade a partir de lugares, e por suas distintas capacidades de oferecer uma produtividade maior ou menor, produtividade esta que deixa de ser atributo de uma empresa, mas que se constitui atributo de lugares. Ao escolher cidades e regiões de determinado país, as empresas exigem infraestrutura adequada a seus investimentos, assim como condições políticas adequadas.

Q02 – São zonas de processamento de exportações, em países periféricos, onde as fábricas são implantadas para processar ou montar componentes trazidos de países centrais e reexportadas para esses mesmos países. São fábricas ou maquiladoras, situadas em diversos países que alteram sua legislação para aceitar esse tipo de atividade em seu território. É também a partir dessas condições que os "lugares" disputam a atração de novos investimentos. A globalização torna o "lugar" essencial no processo produtivo, valorizando-o ou revalorizando-o de acordo com suas potencialidades na competitividade capitalista, seja na produção, na circulação ou no consumo. As novas tecnologias possibilitam os deslocamentos da produção a partir dos incentivos que recebem de estados, diminuindo seus riscos e mantendo seu potencial de mobilidade conforme os interesses do capital. Uma fábrica é montada e desmontada rapidamente, sendo remontada em espaços mais "amigáveis" a investimentos, seja pelos incentivos referidos, seja pela abundante oferta de mão de obra barata e desorganizada (LIMA, 2002, p. 4-5).

Q03 – Relativamente ao segundo tópico, os centros financeiros *offshore* constituem outro importante ponto espacial nos circuitos mundiais dos fluxos financeiros. Esses centros são, acima de tudo, paraísos fiscais, respostas que os atores do setor privado encontraram para a regulamentação governamental. Esses centros começaram a ser implantados na década de 1970, embora os paraísos fiscais internacionais existam há muito tempo, sob formas incipientes. A década de 1970 presenciou a junção entre a internacionalização econômica crescente e o contínuo controle governamental da economia nos países desenvolvidos, o que, em parte, foi um legado dos esforços de reconstrução empreendidos na Europa e no Japão após a guerra. Os centros bancários *offshore* operam, em grande parte, com papéis. As Ilhas Cayman, por exemplo, detêm mais de 250 bilhões de dólares em ativos bancários (dados do Fundo Monetário Internacional).

Q04 – Apesar de esse pequenino país sediar supostamente mais de 500 bancos do mundo inteiro, apenas 69 deles possuem escritórios nas ilhas e somente seis são bancos de verdade, operando com depósitos monetários, atendimento bancário e outras transações. Esses centros *offshore* localizam-se em várias partes do mundo: Cingapura, Hong Kong, Manila, Taipei, que são centros asiáticos significativos. Bahrein, Dubai, Kuwait e Chipre no Oriente Médio, Austrália, Nova Zelândia, Vanuatu, Ilhas Cook, Nauru, Tonga na Oceania, Ilhas Seychelles e Maurício no Oceano Índico, Suíça, Luxemburgo, Chipre, Madeira, Malta, Ilhas Man, Ilhas do Canal, Gibraltar, Mônaco, Liechtenstein, Andorra e Campione, na Europa, Bermudas, Cayman, Bahamas, Turk and Caicos e ilhas Virgens Britânicas, no Caribe, são exemplos de centros bancários *offshore* (SASSEN, 1998, p. 41).

Q05 – Quanto ao terceiro tópico, na hierarquia da rede urbana brasileira, a cidade de São Paulo apresenta-se como a única cidade denominada global, pois atende as seguintes características: hoje, a cidade é essencialmente marcada pelo segmento terciário. Estão nela segmentos de alto valor agregado, muitos relacionados direta ou indiretamente às empresas produtivas de todo o País: tecnologias de informação e comunicação; criação e manutenção de *softwares*; redes e sítios de internet; certificação e metrologia; gestão administrativa e financeira; *design*; *marketing*; serviços contábeis; sedes dos principais bancos nacionais e das filiais de bancos estrangeiros (31 dos 50 maiores bancos do mundo). São Paulo é um *hub* absoluto de negócios na América Latina: concentra sedes de empresas (63% dos maiores grupos privados brasileiros têm suas sedes na cidade), instituições financeiras, *startups* e filiais das principais companhias de tecnologia no mundo. Em São Paulo, encontram-se a Bolsa de Valores, a Bolsa de Mercadorias e Futuros (a junção de ambas na BM & FBOVESPA gerou uma das três maiores bolsas do mundo em valor de mercado) e o conjunto de empresas relacionadas a esse ramo de atuação (corretoras e distribuidoras de valores, consultorias etc.).

Q06 – Ao mesmo tempo, estão também, na cidade de São Paulo, instituições de excelência em educação e saúde, centros de eventos e convenções nacionalmente conhecidos, entidades associativas de âmbito nacional em variados segmentos de atividade. Há ainda uma grande rede de hospitalidade, ao lado da conhecida variedade e qualidade gastronômica e de ampla gama de instituições relacionadas a todas as áreas da cultura – museus, teatros, bibliotecas, casas de *shows* etc. Tudo isso torna a cidade de São Paulo um polo econômico, cultural e turístico de primeira grandeza. Na atualidade, São Paulo é uma das maiores cidades do mundo, com população estimada de 11,6 milhões de habitantes em 2016.

Q07 – A polarização da cidade de São Paulo sobre seu entorno metropolitano gera enormes fluxos de pessoas, veículos e mercadorias, diariamente. Fluxos igualmente intensos, em grande escala, ligam-na a todo o País e ao mundo. A posição logística de São Paulo é um dos seus pontos fortes. A cidade situa-se a 74 km do Porto de Santos (o maior do País), com ligação por duas rodovias, e a 25 km do Aeroporto Internacional de Guarulhos. Ela possui, em seu próprio território, o Aeroporto de Congonhas e o Campo de Marte.

Q08 – A cidade é servida por algumas das melhores rodovias do País, que a ligam ao interior paulista, a outros estados brasileiros e mesmo a outros países da América do Sul. Possui ainda inúmeros heliportos que servem à maior frota de helicópteros do mundo (411 unidades), que a fazem ser, oficialmente, a capital mundial de helicópteros. A cidade de São Paulo gera um produto interno bruto (PIB) de cerca de R$ 570,7 bilhões (2013), equivalentes a 33,4% do PIB paulista e a 10,7% do PIB brasileiro. Os segmentos do comércio e dos serviços respondem por 86% do valor produzido na cidade. A indústria representa 14% do PIB municipal. A participação da agricultura é hoje baixa, embora haja larga faixa do território voltada a essa atividade (ANAV, 2016, p. 100-102).

Q09 – E, no que se refere ao quarto tópico, os portos, com certeza, continuam a ser estratégicos, em um mundo em crescente comércio internacional, para a formação de blocos internacionais direcionados ao comércio e ao investimento (SASSEN, 1998, p.34). Em escala global, as redes produtivas dependem cada vez mais do transporte marítimo, que é

responsável pela maioria dos fluxos de bens materiais entre os continentes, associando-se também a outros tipos de modais. No passado, esse meio de transporte foi, durante muito tempo, caro e pouco seguro, constituindo um elo fraco dos sistemas de transporte. No entanto, nos últimos 20 anos, sua modernização permitiu reduzir o tempo de permanência dos navios no cais e aumentar a capacidade de carga deles, que são cada vez mais velozes e seguros, contribuindo assim para a significativa diminuição do custo do frete marítimo.

Q10 – A modernização do transporte marítimo, bem como o desenvolvimento rápido do uso do contêiner, impôs uma transformação radical no sistema portuário mundial, que tinha se tornado o elo fraco das grandes redes logísticas (MONIÉ; VIDAL, 2006, p. 983).

Será avaliada a capacidade do candidato de estabelecer uma tese e sustentá-la coerentemente. A avaliação seguirá o critério comparativo (i.e.). A avaliação individual será feita de acordo com a comparação do nível de outros exercícios. Nesse sentido, embora o candidato possa ter respondido de forma correta, abrangendo os requisitos anteriormente indicados, sua nota poderá ser menor do que a atribuída a outros que fizerem o exercício com maior qualidade intelectual, acadêmica e formal.

REFERÊNCIAS

ANAV, Roberto Vital. Desenvolvimento de São Paulo: trajetória histórica, indicadores e desafios atuais. *In*: SANTOS, Arthur Henrique da Silva (org.). *Desenvolvimento, trabalho e inovação*: a experiência na cidade de São Paulo (2013-2016). São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2016.

LIMA, J. C. A relocalização espacial da produção e do trabalho: flexibilização e mobilidades. *In*: *As artimanhas da flexibilização:* o trabalho terceirizado em cooperativas de produção. São Paulo: Terceira Margem, 2002.

MONIÉ, Frédéric; VIDAL, Soraia Maria do S.C. *Cidades, portos e cidades portuárias na era da integração produtiva*. RAP Rio de Janeiro 40(6): 975-95, nov./dez. 2006.

SASSEN, Saskia. *As cidades na economia mundial*. São Paulo, Studio Nobel, 1998.

QUESTÃO 3

Espera-se que o candidato redija um texto considerando os aspectos que se seguem.

Q01 – Com relação ao clima, o domínio da caatinga, que compreende quase 1 milhão de km^2, encontra-se em região do semiárido nordestino, caracterizado por escassa e irregular pluviosidade (inferior a 600 mm anuais) e altas temperaturas médias (entre 25 °C e 29 °C). Na região conhecida por "polígono das secas", as médias pluviométricas anuais alcançam apenas 400 mm. O vazio de precipitações pode durar de seis a sete meses, o que tem como consequência um severo *deficit* hídrico.

Q02 – Tais características climáticas aparecem retratadas no quadro natural pela vegetação xerófila (a caatinga, ou "mata branca", na língua tupi), composta por matas secas, abertas, decíduas (perdem as folhas na estação seca) e ricas em espécies vegetais adaptadas à longa estiagem, como o xique-xique, o mandacaru, o angico e o juazeiro. As espécies vegetais da caatinga apresentam xeromorfia, um revestimento dos tecidos que ajuda a perder menos água por transpiração, e apresentam folhas grossas, e algumas têm forma de espinhos.

Q03 – No domínio dos cerrados, a média anual de precipitação varia entre 1.500mm e 1.800mm, e o ritmo sazonal das chuvas é similar ao do semiárido nordestino, comportando chuvas de verão e estiagem prolongada de inverno (que dura entre três e cinco meses no caso do cerrado). As temperaturas médias anuais variam de um mínimo de 20 °C a 22 °C, até um máximo de 24 °C a 26 °C, e a umidade do ar atinge níveis muito baixos no inverno seco e muito elevados no verão chuvoso. Os cerrados arbóreos têm fisionomia marcada por árvores geralmente tortuosas e espaçadas, com troncos de cortiças espessas e folhas decíduas.

Q04 – Apesar da aparência xeromórfica das árvores e arbustos do cerrado, não há escassez de água. As espécies de plantas arbóreas aí existentes estão adaptadas para retirar água de grandes profundidades do solo, com raízes que atingem mais de 15 m. O aspecto da vegetação predominante no cerrado, o qual apresenta, apesar das aparências, grande

biodiversidade, relaciona-se, portanto, com a baixa fertilidade natural dos solos (ácidos, pobres em cálcio e com altas concentrações de alumínio).

Q05 – Segundo Ab'Saber (2003), é na dinâmica dos lençóis d'água subsuperficiais – ou seja, a posição e o volume d'água existente logo abaixo da superfície durante a estação seca – que reside a grande diferença entre os ecossistemas de cerrados e os de caatingas. Ao contrário do que acontece em todas as áreas úmidas do Brasil, incluindo o cerrado – onde os rios sobrevivem aos períodos de estiagem em razão da grande carga de água economizada nos lençóis subsuperficiais –, no semiárido nordestino, o lençol se afunda e se resseca, e os rios autóctones (aqueles que nascem e correm no interior da região semiárida) passam a alimentar o lençol, o que causa o seu desparecimento até o início da temporada de chuvas.

Q06 – Somente os rios que vêm de longe – caso do São Francisco – mantêm sua perenidade durante a estação seca. No caso do domínio do cerrado, existe água permanentemente disponível, garantida pelos lençóis subsuperficiais, para alimentar parte dos rios e para garantir a sobrevivência de vegetais de raízes longas.

Q07 – A caatinga é ocupada desde o período colonial por atividades agropecuárias, tais como a pecuária extensiva (bovinos, muares, equinos e caprinos), plantações de algodão e palmas forrageiras, roças de mandioca, feijão ou milho, cuja produtividade (em geral, baixa) depende da disponibilidade de chuvas. Segundo Castro (2018), nas últimas décadas, na tentativa de promover um modelo de agricultura de grande produtividade, sucessivos governos têm investido na infraestrutura hídrica para a criação de diversos distritos de irrigação na região. Apesar do elevado custo desse tipo de operação, com frequência essa possibilidade é apresentada como a resposta para a superação da escassez hídrica, que limita o desenvolvimento da agricultura regional.

Q08 – A justificativa desse resultado ganha reforço ante o sucesso obtido por alguns polos de irrigação instalados na região, como os de fruticultura irrigada, no Vale do São Francisco, entre os municípios de Petrolina e Juazeiro, nos estados de Pernambuco e da Bahia.

Q09 – O cerrado, por sua vez, foi um dos principais objetos de pesquisa nos anos de 1960 e 1970 (com destaque para o papel da Embrapa e do Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba – PADAP; do Programa de Desenvolvimento dos Cerrados – POLOCENTRO; e do Programa de Cooperação Nipo-Brasileira de Desenvolvimento dos Cerrados – PRODECER), o que redundou em descobertas de técnicas para correção da baixa fertilidade natural e da acidez dos solos, bem como no desenvolvimento de variedades de sementes (de grãos e pastagens) adaptadas ao solo e ao clima do cerrado.

Q10 – Como consequência, a partir da década de 1970, extensas áreas daquele domínio passaram a ser utilizadas para a silvicultura, a rizicultura, o plantio de soja, de trigo e de café e a criação de gado bovino, transformando, hoje, o domínio do cerrado em uma das principais áreas produtoras de alimentos do País, utilizando tecnologia e maquinário avançados, o que garante elevada produtividade.

Será avaliada a capacidade do candidato de estabelecer uma tese e sustentá-la coerentemente. A avaliação seguirá o critério comparativo (i.e.). A avaliação individual será feita de acordo com a comparação do nível de outros exercícios. Nesse sentido, embora o candidato possa ter respondido de forma correta, abrangendo os requisitos anteriormente indicados, sua nota poderá ser menor do que a atribuída a outros que fizerem o exercício com maior qualidade intelectual, acadêmica e formal.

REFERÊNCIAS

AB'SABER, Aziz. *Os domínios de natureza no Brasil*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
ROSS, Jurandyr (org.). *Geografia do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1995.
CASTRO, Cesar Nunes de. *Sobre a agricultura irrigada no semiárido*: uma análise histórica e atual de diferentes opções de política. Texto para discussão. IPEA: Brasília-Rio de Janeiro, 2018.

QUESTÃO 4

Espera-se que o candidato redija um texto considerando os aspectos que se seguem:

Q01 a Q03 – As pessoas estão vivendo mais tempo, no mundo inteiro. A Organização Mundial da Saúde (OMS) explicou que o aumento da longevidade, especialmente nos países ricos, se deve à queda do número de mortes causadas por problemas do coração. Isso aconteceu com a implementação de estratégias para reduzir o uso de produtos derivados do tabaco, controlar a pressão arterial e melhor as coberturas de saúde. A OMS diz que, apesar de as pessoas estarem vivendo mais, não significa que elas estejam mais saudáveis do que no passado. Nos países em desenvolvimento ou menos desenvolvidos, uma das implicações do declínio das taxas de fecundidade e de mortalidade é o envelhecimento populacional, já que as quedas acarretaram mudanças no ritmo de crescimento da população e na distribuição etária. O processo de envelhecimento populacional vem ocorrendo em vários países, embora em ritmo e momento diferenciados. Esse processo é determinado pela queda na taxa de fecundidade. Esta altera os pesos relativos dos grupos etários, bem como afeta o crescimento da população. A queda da mortalidade teve impacto posterior nesse processo, visto que, primeiramente, as idades iniciais foram beneficiadas e, depois, as idades mais avançadas. A mudança de altas para baixas taxas de mortalidade e fecundidade denomina-se transição demográfica. Ambas as quedas também foram acompanhadas por mudanças nos padrões de causas de mortalidade, visto que as doenças crônico-degenerativas ganham importância em detrimento das doenças infecciosas e parasitárias, a chamada transição epidemiológica. Nos países desenvolvidos, o envelhecimento já é uma realidade no continente europeu e ganha destaque nos Estados Unidos, no Canadá e no Japão. Nos países em desenvolvimento na Ásia (China e Índia), verifica-se também aumento da expectativa de vida e envelhecimento da população. Essa tendência também se aplica ao Brasil, onde a população encontra-se rumo ao envelhecimento.

Disponível em: <https://www.unfpa.org/fr/node/7682>.
Fonte: KANSO, Solange. *Processo de envelhecimento populacional*: um panorama mundial. Viçosa, UFV, 2013, com adaptações.

Q04 e Q05 – O Brasil é um país que envelhece a passos largos. As alterações na dinâmica populacional são claras, inequívocas e irreversíveis. Desde os anos de 1940, é entre a população idosa que temos observado as taxas mais altas de crescimento populacional. De acordo com Beltrão, Camarano e Kanso (2004), espera-se que o contingente de idosos atinja a magnitude de aproximadamente 30,9 milhões de pessoas, no ano de 2020, vindo a constituir 14% da população brasileira, ocupando, então, o sexto lugar na classificação mundial (INOUYE *et alii,* 2008, p. 15). Essa alta taxa de crescimento fez com que, na virada do século, a população brasileira de idosos(as) apresentasse um crescimento oito vezes maior quando comparada às taxas de crescimento da população jovem (CAMARANO *et alii,* 1999). Caso seja mantida a atual dinâmica, a partir de 2030, o total de idosos(as) ultrapassará o número de jovens entre 15 e 29 anos de idade (IPEA *apud* BRASIL, 2010, p. 51).

KÜCHEMANN, Berlindes Astrid. *Envelhecimento populacional, cuidado e cidadania*: velhos dilemas e novos desafios. Brasília: Revista Sociedade e Estado. vol. 27 n.1, jan./apr. 2012, com adaptações.

Q06 e Q07 – A responsabilidade para melhorar a qualidade de vida dos idosos vai muito além do setor de saúde. Segundo a OMS, "coletivamente, as autoridades devem olhar além dos custos associados ao envelhecimento para pensar nos benefícios que uma população mais idosa, mais saudável e mais produtiva pode trazer para a sociedade como um todo". Para Rowe e Kahn (1998), o envelhecimento bem-sucedido seria composto por três fatores: engajamento com a vida; manutenção de altos níveis de habilidades funcionais e cognitivas e baixa probabilidade de doença, e incapacidade relacionada à prática de hábitos saudáveis para redução de riscos. De fato, esses fatores são essenciais, mas essa visão corre o risco de secundarizar as dimensões socioculturais e coletivas, atribuindo a responsabilidade do envelhecimento bem-sucedido ao âmbito particular e individual, com base apenas no autocontrole (KAHN, 2003). Para falarmos de envelhecimento saudável, é necessário pensar na interação de múltiplos fatores, entre eles: saúde física e mental, independência de vida diária, integração social, suporte familiar e independência econômica, entre outros.

Disponível em: <https://www.unfpa.org/fr/node/7682>.
LIMA, Ângela Maria Machado; SILVA, Henrique Salmazo; GALHARDONI, Ricardo. *Envelhecimento bem-sucedido*: trajetórias de um constructo e novas fronteiras. Botucatu, SciELO – Scientific Electronic Library Online, 2008.

Q08 a Q10 – O envelhecimento da população está colocando um desafio para os formuladores de políticas nos estados, porque as aposentadorias ou pensões de velhice já são o maior item em seus orçamentos de seguridade social. Esse é particularmente o caso dos países que já haviam instituído grandes reformas nas aposentadorias públicas e agora enfrentam as implicações financeiras duplas do envelhecimento da população e do amadurecimento do sistema de pensões. Além disso,

em um momento de recessão econômica, as preocupações com a estabilidade financeira das aposentadorias e os sistemas de seguridade social mais amplos inevitavelmente se tornam mais urgentes. A União Europeia, bloco regional onde o envelhecimento é um fato, identifica os seguintes desafios para a adoção de políticas para a população idosa: identificar formas de desenvolver o papel e o potencial da população ativa aposentada; melhorar a situação das mulheres mais velhas; gerenciar uma força de trabalho envelhecida; fazer a transição do trabalho para a aposentadoria; prestar atendimento e acesso a atendimento a idosos dependentes; fortalecer a solidariedade entre gerações e a integração dos idosos em perigo de isolamento; preparar as cidades (equipamentos e serviços) para atender a um número cada vez maior de idosos; o preconceito contra a velhice e a negação da sociedade quanto a esse fenômeno, que colaboram para a dificuldade de se pensar políticas específicas para esse grupo; e a formação que se deve dar às novas gerações, para que não absorvam o *ageism*, expressão que deriva do vocábulo inglês *age* (idade) e designa os processos sociais de marginalização e de construção de estereótipos pejorativos relativos à idade cronológica.

ANDRADE, Luana Machado; SENA, Edite Lago Silva; PINHEIRO, Gleide Magali Lemos; MEIRA, Edmeia Campos; LIRA, Laís Santana Santos Pereira. *Políticas públicas para pessoas idosas no Brasil*: uma revisão integrativa. Rio de Janeiro, SciELO – Scientific Electronic Library Online, 2013, com adaptações.

Será avaliada a capacidade do candidato de estabelecer uma tese e sustentá-la coerentemente. A avaliação seguirá o critério comparativo (i.e.). A avaliação individual será feita de acordo com a comparação do nível de outros exercícios. Nesse sentido, embora o candidato possa ter respondido de forma correta, abrangendo os requisitos anteriormente indicados, sua nota poderá ser menor do que a atribuída a outros que fizerem o exercício com maior qualidade intelectual, acadêmica e formal.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Luana Machado; SENA, Edite Lago Silva; PINHEIRO, Gleide Magali Lemos; MEIRA, Edmeia Campos; LIRA, Laís Santana Santos Pereira. *Políticas públicas para pessoas idosas no Brasil*: uma revisão integrativa. Rio de Janeiro, SciELO – Scientific Electronic Library Online, 2013.
Disponível em: <https://www.espon.eu/ACPA>.
Disponível em: <https://www.unfpa.org/fr/node/7682>.
KANSO, Solange. *Processo de envelhecimento populacional*: um panorama mundial. Viçosa, UFV, 2013.
KÜCHEMANN, Berlindes Astrid. *Envelhecimento populacional, cuidado e cidadania*: velhos dilemas e novos desafios. Brasília: Revista Sociedade e Estado. vol. 27, n.1, jan./apr. 2012.
LIMA, Ângela Maria Machado; SILVA, Henrique Salmazo; GALHARDONI, Ricardo. *Envelhecimento bem-sucedido*: trajetórias de um constructo e novas fronteiras. Botucatu, SciELO – Scientific Electronic Library Online, 2008.

POLÍTICA INTERNACIONAL

QUESTÃO 1

Espera-se que o candidato redija um texto considerando os aspectos que se seguem.

No primeiro tópico, espera-se que o (a) candidato(a) ressalte que a política externa do governo de Ernesto Geisel apresenta continuidades em relação à política externa dos governos que o precederam. Um primeiro elemento de continuidade na política externa brasileira, inaugurado no primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945) e que se manteve até o final dos governos militares, é o nacional-desenvolvimentismo. Um segundo elemento de continuidade é a busca pela ampliação da autonomia decisória do Brasil nas relações internacionais. Entre os exemplos dessa busca, cita-se a política da equidistância pragmática praticada por Vargas no contexto da Segunda Guerra Mundial, em que ele ora aproximou o Brasil dos Estados Unidos, ora da Alemanha, no intuito de obter ações concretas para o desenvolvimento nacional. Outro exemplo de busca pela ampliação da autonomia decisória ocorreu no âmbito da Política Externa Independente (PEI), entre 1961 e 1964, na medida em que a inserção internacional do País deveria ser conduzida livre dos constrangimentos ideológicos decorrentes da Guerra Fria. Um terceiro elemento de continuidade é a diversificação e a intensificação das relações